

Imigrantes da América Latina em Espanha: uma visão de conjunto *Latin American Immigrants in Spain: a global vision*

Walter Actis*

Resumo O texto apresenta a evolução e as características da população latino-americana que emigrou para Espanha, a qual aumentou substancialmente. O artigo resume os perfis demográficos, as estratégias migratórias, a influência dos vínculos transnacionais, bem como as diversas formas de inserção no trabalho e as possibilidades de mobilidade ocupacional na emigração. Apesar da diversidade, podem identificar-se algumas características dominantes: 1) o aumento durante os primeiros anos do século, 2) a importância inicial dos fluxos femininos, 3) a importância significativa das cadeias familiares no início da emigração e do envio de dinheiro na actualidade, 4) o processo de mobilidade ocupacional descendente na emigração, só compensado pelos rendimentos e o acesso aos serviços públicos.

Palavras-chave imigração, América Latina, mobilidade transnacional, perfil demográfico, mercado laboral

Abstract This text presents the main trends and characteristics of the Latin American population that migrated to Spain, which has increased significantly. This article summarises the demographic profile, the migratory strategies, the transnational links as well as the forms of insertion in the labour markets and occupational mobility. Even if diversity is acknowledged, it is possible to identify some dominant features: 1) increase of flows during the first years of this century, 2) initial importance of feminine flows, 3) the importance of family networks upon arrival and for remittances, 4) downward mobility compensated by salaries and access to public services.

Keywords immigration, Latin America, transnacional mobility, demographic profile, labour market

* Sociólogo, investigador do Colectivo Ioé/ Sociologist, researcher of Colectivo Ioé
(wactis@colectivoioe.org)

Resumen El texto presenta la evolución y características de la población que ha emigrado a España procedente de América Latina, la cual ha crecido notablemente. El artículo presenta los perfiles demográficos, las estrategias migratorias, la influencia de los vínculos transnacionales en el inicio de la migración y en las prácticas actuales de los emigrados, así como las diversas formas de inserción laboral y las pautas de movilidad ocupacional. A pesar de la diversidad, se identifican características dominantes: 1) incremento durante los primeros años del siglo, 2) importancia inicial de los flujos femeninos, 3) importancia significativa de las cadenas familiares en el inicio de la emigración y del envío de remesas, 4) proceso de movilidad ocupacional descendente compensado por los ingresos salariales y el acceso a servicios públicos

Palabras claves inmigración, América Latina, movilidad transnacional, perfil demográfico, mercado laboral

Imigrantes da América Latina em Espanha: uma visão de conjunto

Walter Actis

1. Antecedentes

O objectivo deste texto é descrever as características da imigração procedente da América Latina com destino a Espanha. Só é possível compreender estes fluxos considerando alguns elementos que, por razões de espaço, não podemos desenvolver aqui, mas que é importante mencionar.

A origem dos fluxos transoceânicos é já antiga, situando-se no processo de colonização espanhola da América, desde o Texas até à Terra do Fogo, excluindo as zonas de domínio português pertencentes ao actual Brasil. Mais de três séculos de presença colonial deixaram diferentes vestígios e vínculos que existem ainda hoje, destacando-se em primeiro lugar a língua espanhola.

O segundo momento histórico importante é o processo de emigração espanhola, desde o final do século XVIII até ao início do XIX, em direcção às novas nações independentes da América, que se prolongou até ao exílio republicano após a Guerra Civil Espanhola (cerca de 3,5 milhões de migrantes entre 1850 e 1950). A “pegada demográfica” dessas migrações persiste até ao momento, patente na existência de centenas de milhares de filhos e netos de espanhóis, nascidos no continente americano, que possuem ou têm direito à nacionalidade espanhola, e em 300.000 pessoas nascidas em Espanha (CEPAL, 2006).

O terceiro momento inicia-se nos anos 80 do século XX: a Espanha transforma-se num país democrático e entra na que hoje se denomina União Europeia. A sua economia cresce, internacionaliza-se e algumas das suas grandes empresas resolvem expandir-se desempenhando um papel importante na década de 90 em vários países da América Latina, devido em parte à aquisição de empresas estatais privatizadas.

Deste modo, a presença espanhola na América Latina apresenta várias “fases” históricas que se manifestam em diferentes planos da vida social daqueles países (cultural, demográfico, económico) e que se traduzem em diferentes tipos de contacto com a antiga metrópole colonial. Ditos contactos constituem o pano de fundo no qual partiram, nas últimas décadas do século XX, diversos fluxos migratórios vindos de Espanha.

Até aos anos 70, a sociedade espanhola caracterizou-se pelo seu carácter emigrante (nos anos 60 ainda emigravam cerca de 100.000 pessoas por ano, em geral com destino aos países europeus). Paralelamente, começaram a chegar, de forma incipiente mas significativa, imigrantes de outros países. Em 1971, 1,1% da população espanhola tinha nascido no estrangeiro; dez anos mais tarde tinha aumentado para 1,7%. Um pouco mais de metade desta população tinha nacionalidade espanhola: uns por

serem descendentes de espanhóis emigrados e outros por a terem adquirido depois de um período de residência em Espanha.

A imigração, enquanto objecto de preocupação ao nível europeu, constituiu-se num âmbito de regulação político-jurídica a partir da promulgação da primeira “Lei de estrangeiros” em 1986. Em 1991 a percentagem de imigrados subiu até aos 2,2 %, cifra que marca um crescimento contínuo, se bem que com valores ainda longe das que predominam nos principais países europeus receptores de imigrantes. O aumento mais significativo da imigração, inédito na história espanhola, deu-se a partir de 1997: nessa data o conjunto de imigrantes representava 2,8 % da população (as pessoas com nacionalidade estrangeira representavam 1,6%), em 2005 alcançaram 7,5% e 6,2 %, respectivamente, e em 2005, 10,8% e 9,3%. A partir de então o aumento continuou se bem que de maneira mais moderada: no início do ano 2009 a população imigrante representa 13,8% da população de Espanha e aqueles que não possuem nacionalidade espanhola representam 12%.¹

Neste contexto é importante perceber que os fluxos migratórios que chegaram à América Latina constituíram um sistema transatlântico que abrange por um lado os países da América Latina, e por outro, a Espanha, a Itália e Portugal. Contrariamente às migrações dos séculos XIX e XX, as deslocações actuais registam-se principalmente no sentido sul - norte. Por outro lado, estes inserem-se em dinâmicas migratórias mais alargadas, que vinculam os países de origem com outros destinos migratórios na América, tanto no sentido dos EUA como para outros países da América Latina.

2. Evolução em Espanha dos migrantes da América Latina

Os efeitos acumulados da “década perdida” dos anos 80 e da era “neoliberal” dos anos 90 originaram uma importante dinâmica emigratória proveniente da América Latina. De acordo com os dados da CEPAL no início do século XXI, 1,1% da população da região era imigrante (nascida em outro país) enquanto que os emigrantes representavam 4%. Em 2000 estes totalizavam 21 milhões e somente em cinco anos aumentaram até aos 26 milhões, número que equivale a 13% do total de migrantes internacionais (CEPAL 2006).

Os EUA foram, de início, o principal destino da maior parte das migrações originadas no sul de Rio Bravo. Nos anos da passagem do século, a Espanha passou a ser um novo pólo de atracção, precisamente no momento do maior aumento de ditos fluxos. Entre todos os países membros da OCDE, por volta do ano 2000, a Espanha era o país que apresentava, no seio da sua população imigrante, a maior proporção de pessoas da América Latina: 36,8% por comparação com 25% nos EUA, 17% no Japão e 11% em Portugal e até à frente do México com 30%. Nos últimos anos, o maior peso dos latino-americanos não se prende somente com factores de expulsão dos países de origem ou à oferta laboral em Espanha mas também com acções por parte do governo que lhe deram preferência, formando uma “*imigração preferida*” (Izquierdo *et al*, 2002) frente à que então predominava vinda de Marrocos.

Além de haver um aumento quantitativo, a procedência predominante dos latino-americanos foi mudando ao longo do tempo. Por volta do ano de 1960 a colônia mais numerosa era a cubana, formada por exilados da revolução. Em 1965 o número de venezuelanos aumentou passando a formar o segundo núcleo depois dos cubanos. No final dos anos 60 tinha duplicado o número de argentinos, colombianos, chilenos e peruanos, devido ao desbloqueio das relações internacionais da Espanha dos anos 60. Nos anos 70 cresceu o número dos procedentes do Uruguai, do Chile e da Argentina, devido ao exílio originado pelas respectivas ditaduras militares. Mais tarde, nos anos 80, aumentou o número de dominicanos e peruanos. Em 1991, depois de um processo de regularização, as principais nacionalidades eram argentinos, dominicanos e peruanos. Durante os anos 90, os principais países de origem da imigração da América Latina eram o Perú e a República Dominicana. Já na época da “grande migração”, no final dos anos 90, verifica-se um aumento significativo de colombianos e mais tarde de equatorianos. A partir de 2001 dá-se um novo fluxo de argentinos que ultrapassa o total dos que até então viviam em Espanha devido à crise económica. Nos últimos anos os grupos que mais aumentaram são os procedentes da Bolívia e do Paraguai.

Este panorama tão instável, com tantas mudanças, tem que ver com uma variedade de factores. Entre eles, torna-se importante fazer uma referência à situação socio-económica e política nos países de origem, às peculiaridades da política migratória espanhola em relação às diferentes nacionalidades, bem como ao fecho ou à crise de outros destinos tradicionais da emigração latino-americana.² O Quadro 1 regista a evolução da população proveniente da América Latina (ou seja, nascida naqueles países e residente em Espanha) entre os meses de Janeiro de 2000 e 2009.

Como se constata, o aumento numérico foi enorme: de menos de 400.000 pessoas para 2,4 milhões numa década. Além disso, as nacionalidades mais numerosas sofrem uma mudança: em 2000 as três mais destacadas eram a argentina, a venezuelana e a cubana. Desde esse momento predominam a equatoriana, a colombiana e a argentina. Atrás destes contingentes, até 2004 apareciam os nascidos na Venezuela, no Perú e em Cuba mas em 2005 os oriundos da Bolívia apareciam em sexto lugar e quarto um ano depois. Em 2007 os imigrados do Brasil apareciam em sexto lugar e em 2006 os paraguaios substituem o sexto lugar ocupado pelos chilenos desde 2008. Actualmente os cinco grupos mais numerosos são os procedentes do Equador, da Colômbia, da Argentina, da Bolívia e do Perú. No total somam 1,5 milhões de pessoas constituindo 63,6 % do total de latino-americanos residentes em Espanha.

Quadro 1 - Nascidos em países da América Latina e recenseados em Espanha (de Janeiro de 2000 a Janeiro de 2009)

Pais de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	% (**)
A. LATINA	390.034	646.164	977.706	1.331.796	1.557.131	1.794.433	1.902.000	2.029.493	2.298.787	2.407.402	23,3
Equador	..	140.631	259.779	387.565	470.090	487.239	456.641	434.673	458.437	471.425	14,7
Colômbia	..	99.942	205.308	259.400	264.503	288.190	286.969	291.676	330.419	354.869	17,5
Argentina	70.491	84.872	118.903	191.653	226.548	260.386	271.444	272.985	290.281	293.227	33,9
Bolívia	..	8.422	15.520	30.556	54.442	99.492	140.740	200.749	240.912	226.033	2,6
Perú	..	47.304	59.035	72.894	88.754	108.026	123.464	136.958	162.425	186.060	25,5
Brasil	25.037	31.938	39.474	47.951	55.014	73.062	93.396	113.448	142.149	152.239	16,0
Venezuela	54.719	62.335	71.597	83.516	100.258	116.173	124.851	130.630	144.593	151.008	57,5
R. Dominicana	32.206	41.073	49.918	59.077	65.777	78.028	87.111	96.672	114.707	128.382	33,3
Cuba	40.637	49.090	57.669	65.737	69.048	76.525	79.228	83.121	92.583	99.783	43,6
Uruguai	..	20.407	27.161	40.524	55.307	70.310	76.635	79.842	87.345	88.918	30,5
Paraguai	7.020	17.721	30.155	47.874	68.885	81.589	2,6
Chile	..	24.598	30.768	38.968	44.167	52.620	57.864	60.179	66.874	67.827	27,9
México	16.602	18.900	22.476	28.756	32.304	38.132	40.574	39.125	42.413	45.156	43,8
Honduras	6.361	8.322	10.652	15.894	23.673	26.632	8,9

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no INE, *Explotación Estadística del Padrón de Habitantes*, vários anos.

(**) com nacionalidade espanhola em Janeiro de 2009

Até aqui referimos a população imigrada, sem fazer referência à sua nacionalidade. Se bem que com frequência se associa estrangeiro (conceito jurídico) com imigrante (conceito sociológico-demográfico) é evidente que se trata de noções diferentes que, nalguns casos, conduzem a situações reais claramente diferenciadas. No caso espanhol isto é evidente, especialmente quando nos referimos aos latino-americanos, devido às características próprias da sua organização jurídica. Por outro lado, são considerados espanhóis os filhos de espanhóis nascidos noutra país. Assim, tendo em conta a enorme emigração que ocorreu no passado, existem milhares de latino-americanos por nascimento que possuem a nacionalidade espanhola ou que têm direito a obtê-la.³ Por outro lado, a lei permite a obtenção da nacionalidade espanhola aos imigrantes estrangeiros a viver em Espanha depois de dez anos de residência legal, prazo que para os latino-americanos é reduzido a dois anos. Assim, tanto devido à origem como à residência, esta população usufrui de vantagens para obter a nacionalidade espanhola.⁴

Torna-se então importante saber qual a percentagem de ditas populações que possui esse estatuto, situação que, desde o ponto de vista jurídico, os coloca em pé de igualdade com os autóctones. Aqueles que possuem dita nacionalidade representavam mais de metade (51,6%) dos latino-americanos recenseados no ano 2000. A chegada de centenas de milhares de migrantes a partir dessa data reduziu de forma evidente a percentagem até 2005 (18,4%); mas a obtenção da nacionalidade por parte da população que tinha mais de dois anos de residência legal voltou a aumentar até Janeiro de 2009 (23%). Se consultamos a última coluna do Quadro 1, vemos que a situação é favorável para quase todas as comunidades, salvo para as mais recentes: Bolívia e Paraguai. No entanto, a *Encuesta Nacional de Inmigrantes* (ENI), realizado pelo INE no início de 2007 (ENI 2007) permite saber que 41% dos adultos com nacionalidade espanhola já a possuía ainda antes de emigrar e que 59% a obteve quando se estabeleceu em Espanha.

Os imigrantes que não possuem nacionalidade espanhola ou de outro país da UE, ficam sujeitos à legislação para estrangeiros a qual os obriga a solicitar uma Autorização de Residência. No final do ano 2008 havia 1.333.886 latino-americanos com autorização legal entre os 1.789.740 inscritos no recenseamento de habitantes; o valor da diferença (455.854 pessoas, equivalente a 25,5% do total) é um indicador da grandeza da imigração que se encontra numa situação irregular. Os grupos nacionais com maior índice de irregularidade são aqueles que chegaram a Espanha mais recentemente: provenientes do Paraguai e das Honduras (mais de 70%), da Bolívia e do Brasil (mais de 60%).

Entre os dois extremos já mencionados – nacionalizados espanhóis e imigrantes “sem documentos” – encontramos aqueles que possuem autorização de residência. Estes podem ser incluídos no *Regime Geral*, que regula os estrangeiros, ou no *Regime Comunitário*, para familiares de espanhóis ou de cidadãos comunitários, aos quais se exigem determinados requisitos como o de conseguir uma autorização de trabalho. De acordo com os últimos dados disponíveis de Dezembro de 2008, 18,5% dos residentes latino-americanos legais encontram-se integrados no regime comunitário; esta situação é mais comum no seio daqueles que nasceram no México, na

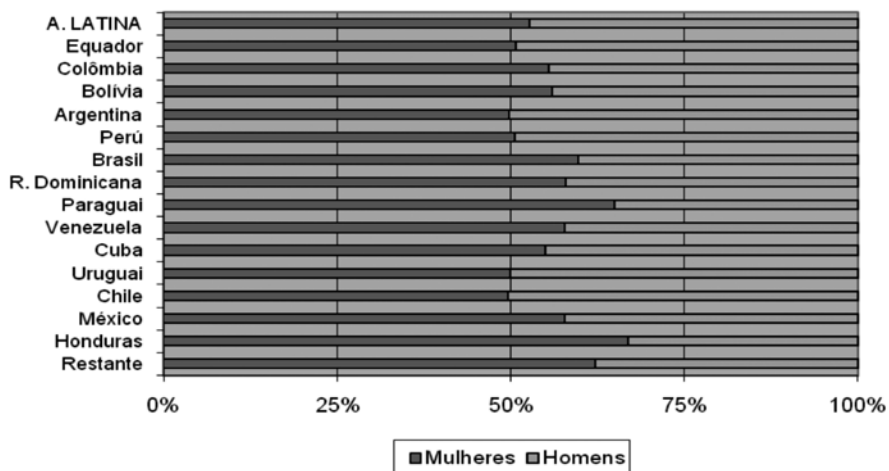
Venezuela, em Cuba, no Brasil ou na Argentina (mais de 40%), seguidos dos nascidos no Uruguai e na República Dominicana (um pouco mais de 30%). Inclui ainda uma minoria de bolivianos e equatorianos (cerca de 5%) e peruanos (11%).

3. Sexo, idade e nível de instrução

Os fluxos vindos da América Latina inicialmente caracterizaram-se pela predominância do sexo feminino, que foi aumentando até ao período compreendido entre 1992-1996 (62% das pessoas que chegaram nesse período eram do sexo feminino) para sofrer depois uma diminuição no período entre 2002 e 2006 (53%). Em geral pode-se afirmar que de início os fluxos migratórios se caracterizam pela predominância das mulheres, com a consolidação destes grupos num lugar, passa a registar-se uma tendência para a equiparação entre os sexos. De qualquer forma, existem matrizes diferentes consoante o país de origem. Por exemplo, a imigração da Argentina apresenta maior incidência de homens precisamente nos períodos em que se registam os fluxos de entrada mais importantes (com a chegada dos exilados antes de 1986 e desde 2002 após a crise do “corralito”). A imigração colombiana apresenta um claro predomínio de pessoas do sexo feminino, atingindo o seu ponto máximo (75%) entre 1987-1996 para estabilizar na década posterior, quando se dá a migração generalizada. O caso dos equatorianos e dos bolivianos apresenta um perfil parecido: uma maioria masculina até 1986, substituída pelo predomínio feminino nas décadas posteriores, à medida que se generalizavam as entradas de migrantes. No caso do Perú registava-se uma maioria feminina, aumentando até 1996; a partir desse ano a situação inverteu-se passando a haver um predomínio masculino. Em resumo, os dados assinalam a existência de duas tendências diferenciadas entre as comunidades latino-americanas mais numerosas: nos momentos de maior emigração, os fluxos vindos do Equador, da Colômbia, da Bolívia e do Perú eram compostos, na sua maioria, por mulheres, enquanto da Argentina chegavam mais homens.

Em Janeiro de 2009, 54% dos imigrantes latino-americanos adultos eram mulheres e 46% homens. Os grupos com mais mulheres são, por um lado, aqueles que estão num processo de “movimento migratório” inicial (65% do Paraguai e das Honduras, 60% do Brasil e 55% da Bolívia), por outro lado, alguns já estabilizados e nos quais se reforçou uma maioria composta por mulheres (República Dominicana, Colômbia, Venezuela e Cuba com percentagens à volta dos 55%). Em contrapartida, outras comunidades caracterizam-se pela existência de um equilíbrio maior entre os sexos (Perú, Equador, Argentina, Chile e Uruguai).

Figura 1 - Imigrantes latino-americanos de acordo com o sexo e o país de nascimento



Fonte: INE, Padrón de Habitantes a 1-1-2009 (dados provisórios)

De acordo com a ENI 2007, a idade média do total da população imigrada adulta (16 anos ou mais) em Espanha é de 38,4 anos. O grupo mais jovem é o latino-americano (36,2). Entre estes, o perfil mais envelhecido corresponde àqueles que chegaram de Cuba (48,9), da Argentina (40,7) e do Uruguai (39,2). Os mais jovens são os procedentes da Bolívia (30,8), do Equador (32,7), do Brasil e da República Dominicana (à volta dos 34 anos). Um pouco mais elevada, mas ainda abaixo da média geral, situa-se a Colômbia e a Venezuela (36) enquanto os provenientes do Perú situam-se exactamente dentro da média geral (38,4).

Actualmente 83,8% dos imigrantes latino-americanos têm idade laboral (entre os 16 e os 64 anos). A população infanto-juvenil representa 14,6% do total. Em contrapartida, os idosos (pessoas com 65 anos ou mais) representam menos de 2% (ver Quadro 2).

Quadro 2 - Imigrantes latino-americanos segundo o grupo de idade e o país de nascimento

País	0-14	15-24	25-44	45-64	65 e +
A. LATINA	14,6	16,5	54,1	13,2	1,7
Equador	18,3	16,1	53,5	11,6	0,6
Colômbia	14,4	16,4	52,7	14,9	1,5
Bolívia	15,0	18,9	56,7	9,1	0,3
Argentina	15,6	12,3	50,6	17,4	4,1
Perú	10,8	13,4	56,3	16,1	3,4
Brasil	12,3	19,4	58,9	8,8	0,6
R. Dominicana	15,0	21,5	50,1	11,2	2,1
Paraguai	8,5	22,0	56,5	12,5	0,5
Venezuela	13,2	14,8	52,8	16,4	2,9
Cuba	6,7	11,8	55,2	20,4	5,8
Uruguai	15,4	13,6	48,1	18,8	4,0
Chile	14,9	14,4	50,1	18,0	2,6
México	9,3	12,6	64,7	11,4	2,0
Honduras	11,9	21,6	56,4	9,4	0,7
Restantes países	9,7	18,2	59,3	11,2	1,5

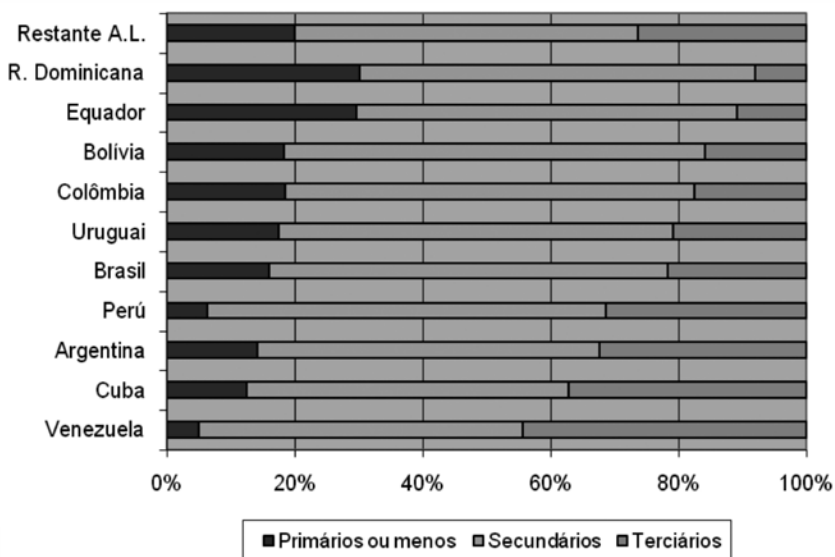
Fonte: INE, Padrão de Habitantes a 01-01-2009 (dados provisórios).

Os dados fornecidos pela ENI 2007 indicam que a maioria dos adultos da América Latina (59%) possui estudos ao nível do secundário (equivalente ao 3º ciclo do ensino básico em Portugal). O restante distribui-se em dois grupos diferentes: 22% possuem formação universitária, 19% não passaram do nível primário (2º ciclo da educação básica no sistema educativo português). Estes dados colocam o grupo formado pelos latino-americanos atrás dos imigrantes provenientes de países desenvolvidos (América do Norte, Europa Central e Europa do Norte), a um nível parecido ao dos procedentes da Ásia e à frente dos que chegaram de África. No entanto, estas cifras globais apresentam algumas diferenças quando se tem em conta o país de origem (ver Figura 2). Por exemplo, a percentagem de universitários entre as pessoas nascidas na Venezuela e em Cuba (mais de 37%) supera a dos residentes alemães e franceses, ao passo que os da Argentina e do Perú apresentam números parecidos a estes (31%). Pelo contrário, entre as pessoas chegadas de Equador e República Dominicana, 30% não supera a escolaridade primária.

Entre 2007-2008 havia 321.000 alunos latino-americanos no sistema escolar não universitário, 75,5 % estavam matriculados nos níveis de educação obrigatória, 12,1% na

educação infantil (até aos 5 anos) e somente 9,6 % frequentava a educação secundária não obrigatória, principalmente os cursos de formação profissional (5,1%), mais dirigidos ao mercado de trabalho do que ao *bachillerato* (equivalente aos 11º e 12º anos) numa percentagem de 4,5% com acesso à educação ao nível superior.⁵ No total do sistema, os alunos latino-americanos representam 4,1%. No que diz respeito à formação profissional sobe para os 5,1% enquanto no *bachillerato* alcança somente os 2%.

Figura 2 - Nível de instrução da população com mais de 15 anos, segundo o país de nascimento



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base na análise dos dados da ENI 2007.

4. O trânsito dirigido a Espanha: escalas prévias e redes transnacionais

A maioria dos migrantes (89%) dirigiu-se directamente desde o seu país de origem para Espanha, embora exista uma minoria que tenha tido uma prévia experiência internacional e até, nalguns casos, múltipla. Entre outros aspectos, dita experiência revela a existência de distintos sistemas e subsistemas migratórios, que relacionam os países de origem com os de destino. Após o estabelecimento das redes co-étnicas na diáspora, estes contactos servem de ponte para eventuais novas migrações, que não devem ser entendidas somente num sentido bidireccional entre o país de origem e aquele onde residem actualmente. As alternativas para a população migrante não são somente a “inserção” e o “regresso”; importa também considerar a possibilidade de migrar a um terceiro país ou de estabelecer residências alternadas em mais do

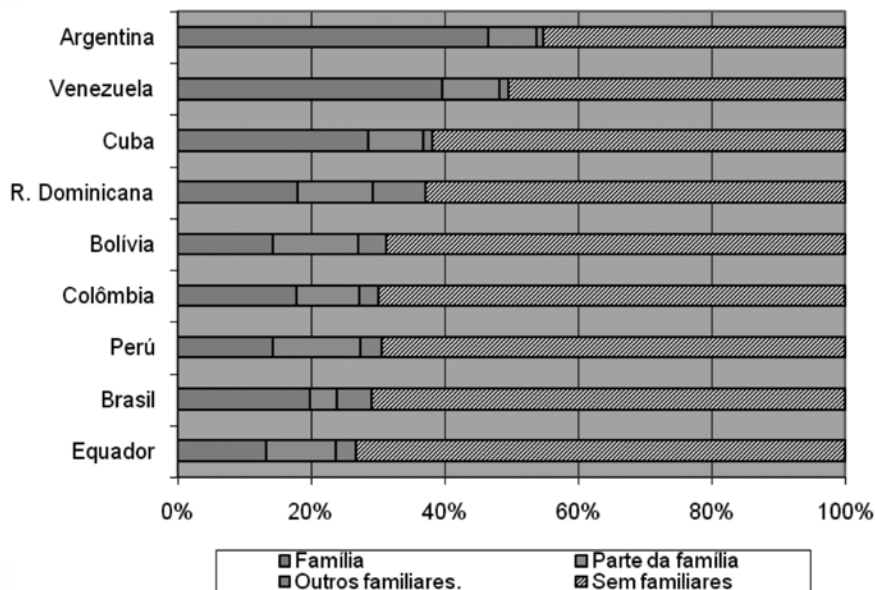
que um país. A incidência das migrações prévias e os principais países de residência são: Bolívia 13% (Argentina e Suíça); Perú 12% (Argentina, Japão Chile, Alemanha, Suíça, Venezuela e Brasil); Argentina 11% (EUA, Itália, Brasil, Chile, Alemanha e Reino Unido); Colômbia 10% (Venezuela, EUA, Reino Unido, Itália e Israel) e Equador 4% (Itália, Venezuela e Alemanha).

A maior parte dos imigrantes que reside actualmente em Espanha (88%) tinha pelo menos um familiar a residir no estrangeiro no momento em que abandonaram o país; 71% tinha dois e metade (51%) tinha três pessoas. Um terço (32%) possuía quatro familiares e 35% tinha cinco ou mais. No momento de emigrar, influi também o facto de terem alguma pessoa conhecida que já estava a morar em Espanha. Os que mais sentiram o "efeito de atracção" foram os nascidos no Perú e no Equador (mais de 70%), na Colômbia e na Bolívia (mais de 60%) enquanto que para os provenientes da Argentina foi somente 51%. As redes familiares são cruciais para os procedentes do Perú, da Bolívia e do Equador, enquanto os colombianos e os argentinos apoiaram-se em redes de amigos.

As razões que levaram a emigrar a Espanha mostram diferenças entre os migrantes da América latina: a falta de emprego "forçou" a saída de uma grande parte dos bolivianos (46%), dos equatorianos e dos colombianos (à volta dos 35%); a expectativa de obter um trabalho melhor motivou a maioria dos bolivianos, equatorianos e peruanos; os motivos familiares foram tidos em conta pelos argentinos e pelos colombianos (32%); a realização de estudos entre os peruanos (19%) e colombianos (10%) e a deslocação por motivos de trabalho, mas por decisão da empresa, esteve presente nos peruanos e nos argentinos (à volta dos 10%). Em resumo: os factores profissionais e económicos pesaram muito na decisão dos bolivianos e equatorianos, ao passo que outros factores tiveram um peso maior nas outras nacionalidades, especialmente os motivos familiares para argentinos e colombianos.

De acordo com os dados da ENI 2007, 28% dos latino-americanos saíram acompanhados por todo o grupo familiar com quem viviam e 11% acompanhados somente por alguns familiares. Em contrapartida, 58% emigrou sem família e 3% acompanhados por familiares com os quais não viviam. É claro que estas circunstâncias são muito diferentes, e que certamente condicionaram a forma como se instalaram no novo país de residência.

Figura 3 - Com quem emigraram a Espanha de acordo com o país de nascimento



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base na análise dos dados da ENI 2007.

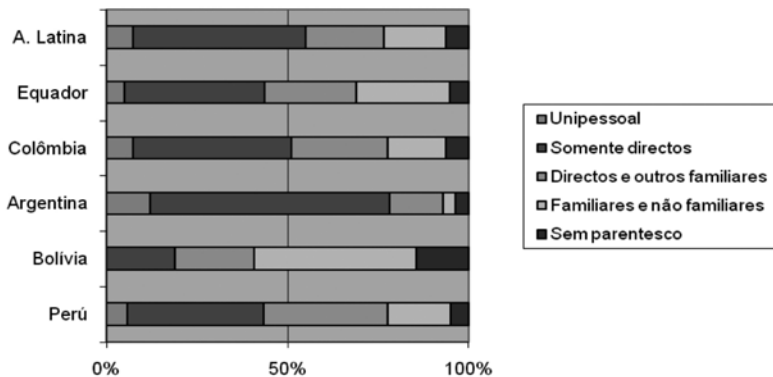
5. Lares de migrantes, casais e famílias transnacionais

O *lar* é um lugar de convivência, incluindo todos os indivíduos que normalmente compartilham a mesma casa, independentemente dos vínculos que os unam. Sendo assim, o lar pode acolher familiares e não familiares, ou ainda mais de um grupo familiar. Em Espanha existe à volta de 800.000 lares nos quais pelo menos um dos integrantes nasceu na América Latina. Os mais numerosos são os que incluem imigrantes do Equador e da Colômbia (130.000) seguidos dos da Argentina (112.000) e, em menor quantidade os que incluem pessoas nascidas na Bolívia e no Perú (à volta de 60.000 cada um). O tamanho médio destes lares é de 3,6 pessoas, valor superior ao dos lares espanhóis (2,9 de acordo com o Censo de 2001). Em todos os casos, o tamanho dos lares de migrantes é maior do que aquele que tinham estas pessoas no país de origem, facto que se deve, por um lado à necessidade de partilhar a casa com pessoas que não pertenciam ao núcleo familiar, pelo menos numa primeira etapa, e por outro, ao crescimento demográfico das famílias ao longo do tempo.

A ENI 2007 refere a possibilidade de existirem diferentes tipos de relações no seio dos lares: parentesco, não parentesco e relações de trabalho. Partindo desta diferencia-

ção distinguimos três grandes tipos: 1) os lares unipessoais; 2) aqueles no seio dos quais só existem laços de parentesco e 3) e outros nos quais se combina o parentesco com outro tipo de relações ou que reúnem pessoas sem nenhum vínculo familiar.

Figura 4 - Tipo de lar de acordo com o país de nascimento



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base na análise dos dados da ENI 2007.

Os latino-americanos apresentam menos lares unipessoais (7%) que a média geral dos imigrantes; a maior incidência corresponde aos nascidos na Argentina (12%) e a menor aos da Bolívia (menos de 1%). Também é inferior a presença de lares formados somente por familiares “directos”⁶ (48%) e, novamente, regista-se uma evidente incidência entre argentinos (66%) e bolivianos (19%). Em conformidade com estas cifras, os lares “atípicos” existem em maior número entre os migrantes da Bolívia (17% reúne familiares “directos” e não familiares; 18% familiares e não familiares; 8% familiares directos e outros; 10% somente por relações profissionais), sendo quase inexistentes em lares de argentinos. Além disto, os lares nos quais coexistem familiares directos e outros familiares são mais evidentes entre os peruanos (34%), os que reúnem familiares directos e não familiares são mais visíveis nos equatorianos (15%) e os que combinam familiares de diferente tipo e não familiares aparecem em maior número nos equatorianos e peruanos (à volta dos 7%). Os constituídos somente por relações profissionais são mais frequentes de igual modo entre os peruanos, colombianos e equatorianos (1% dos lares).

Podemos referir ainda que 46% dos homens e 44% das mulheres, adultos imigrados da América Latina, são casados ou vivem em união de facto; 60% destes homens e 54% das mulheres já viviam como casal antes de emigrar, tendo o restante formado um casal somente depois de se ter fixado em Espanha. A maior parte dos casais é composta por pessoas da mesma nacionalidade, ainda que quanto a este aspecto se verifiquem grandes diferenças em função do sexo: os homens são mais dados à

“endogamia” (71%), especialmente os que nasceram no Equador e na Bolívia (cerca de 90% dos casados), do que as mulheres (57%) – ainda que 85% das bolivianas tenham como cônjuge também a um boliviano. Com cônjuge espanhol, 35% das mulheres (especialmente as colombianas, argentinas e peruanas), e 22% dos homens (particularmente os argentinos e os peruanos). Os casais formados por imigrantes de países diferentes constituem 7% dos latino-americanos de ambos os sexos. Os casais co-étnicos são predominantes quando a relação é pré-migração, enquanto que naqueles que formalizaram a sua união depois da migração predominam as relações com espanhóis. Este aspecto deve ser tido em conta quando se faz referência às possíveis “dificuldades de integração” das pessoas de origem estrangeira, já que para muitas pessoas a convivência fora do grupo com a mesma nacionalidade estabeleceu-se na própria família.

Os casais separados pela migração, com um dos seus membros num país latino-americano, totalizam 84.000. Cerca de 66% dos imigrantes adultos possui pelo menos um filho, especialmente os equatorianos (72%) e os colombianos e os bolivianos (68%). Há cerca de 225.000 pais e mães menores de 45 anos (30% do total com essa idade) que mantêm os seus filhos no país de origem: as taxas mais elevadas correspondem aos imigrantes da Bolívia (54% dos pais e mães), seguidos do Equador e do Perú (32%) e da Colômbia (30%). Estes casos são menos frequentes nos argentinos (7%).

A contribuição demográfica dos migrantes vai mais além dos próprios fluxos migratórios, tendo-se em conta também os filhos nascidos na etapa da emigração. Entre 1998 e 2008, nasceram em Espanha 230.700 crianças filhos de mães com alguma das nacionalidades latino-americanas,⁷ número que equivale a 38,9% dos filhos de mãe estrangeira e 4,9 % do total de nascimentos ocorridos no país nesse período.

Quadro 3 - N.º de filhos nascidos por cada 100 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos, de acordo com o país de nascimento das mulheres

País	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AMÉRICA LATINA	6,8	6,3	5,4	5,3	4,8	4,9	5,4	5,1
Equador	9,3	7,8	6,7	6,0	5,2	5,1	5,6	5,8
Colômbia	7,0	5,6	4,5	4,4	4,2	4,1	4,5	4,3
Bolívia	9,0	8,3	7,3	7,6	6,7	6,5	7,0	5,9
Argentina	7,2	7,5	5,1	4,9	4,7	5,0	5,4	3,9
Brasil	6,7	5,3	4,9	5,4	4,9	5,1	5,7	5,3
Perú	4,9	4,4	4,2	4,5	4,3	4,9	5,0	5,1
Rep.Dominicana	3,6	3,9	3,8	3,9	3,7	4,9	5,4	5,2
Cuba	6,3	4,9	4,6	4,4	4,3	4,5	3,9	4,0
Venezuela	4,5	3,9	4,2	4,2	3,9	4,4	5,0	4,6
Paraguai	**	**	**	**	5,5	5,1	5,8	5,8
Uruguai	6,4	6,0	6,2	5,7	5,0	4,9	4,9	4,0
Chile	5,9	4,9	4,2	4,4	4,1	4,4	4,4	4,1
México	6,2	6,2	4,4	4,0	3,5	3,8	4,8	4,7
Honduras	**	**	**	5,1	5,1	5,4	5,5	5,3

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no INE, Padrón de Habitantes e Movimiento Natural de la Población, vários anos.

6. Inserção laboral e mobilidade ocupacional

Para entender a dinâmica laboral dos imigrantes convém ter presente que no período de 1999 a 2008, o número de pessoas que desempenhava uma actividade em Espanha aumentou sensivelmente (de 14,6 para 20,4 milhões). Este processo participou do ciclo de expansão mais prolongado da economia espanhola: a partir desse momento os níveis de emprego desceram (até 18,9 milhões no segundo semestre de 2009). A maior parte dos imigrantes latino-americanos integrou-se durante o período áureo, etapa à qual se limita a análise que se apresenta. Convém fazer esta advertência uma vez que no processo de crise actual é de esperar que a situação tenha piorado e que ainda assim continue durante um tempo, não sendo possível prever a sua extensão.

Comparando a situação, no país de origem com a Espanha, daqueles que emigraram em idade laboral (entre os 16 e os 64 anos), constata-se que o processo migratório integrou aquelas pessoas que já estavam incorporadas na actividade económica.⁸

Esta conclusão deriva da comparação entre a taxa de emprego dos emigrantes no momento em que saíram do país com a existente em dito país, considerando-se o total da população. A diferença mais significativa corresponde aos que emigraram da Argentina (diferença de 15 pontos percentuais), seguidos pelos do Brasil e Colômbia (7 pontos). No caso dos bolivianos a diferença é pouco notória (1%), enquanto que entre os dominicanos é negativa (-4%, os emigrantes tinham uma taxa de actividade inferior que a vigente no total do país, circunstância que se deve à emigração de mulheres que saíram para Espanha sem qualquer experiência de trabalho).

É interessante analisar a *mobilidade laboral transnacional* vivida pelo migrantes, comparando as características do último emprego desempenhado anteriormente à migração e o primeiro desempenhado em Espanha. Para isso utilizaremos três indicadores: a duração da jornada de trabalho, a duração do vínculo de trabalho e o estatuto ocupacional.

No que diz respeito à duração da jornada de trabalho encontramos três situações diferenciadas: os que tiveram uma diminuição da mesma (os que chegaram de Cuba, da Colômbia e do Perú trabalharam menos 2 a 3 horas semanais), os que tiveram mudanças pouco significativas (os do Equador, do Brasil, da Argentina e da Venezuela) e os que aumentaram a jornada de trabalho em 1,5 horas (vindos da República Dominicana) e em 6,4 horas (da Bolívia).⁹

Em relação ao vínculo de trabalho, comparamos os casos em que passaram de um emprego temporário a fixo (mobilidade ascendente), com os que fizeram um percurso inverso (mobilidade descendente). Em todos os casos predominou a mobilidade ascendente; e a degradação mais significativa foi a que sofreram os homens do Brasil e da Venezuela e os cubanos de ambos os sexos; os que menos se notaram afectaram as mulheres dominicanas, colombianas, peruanas e equatorianas.

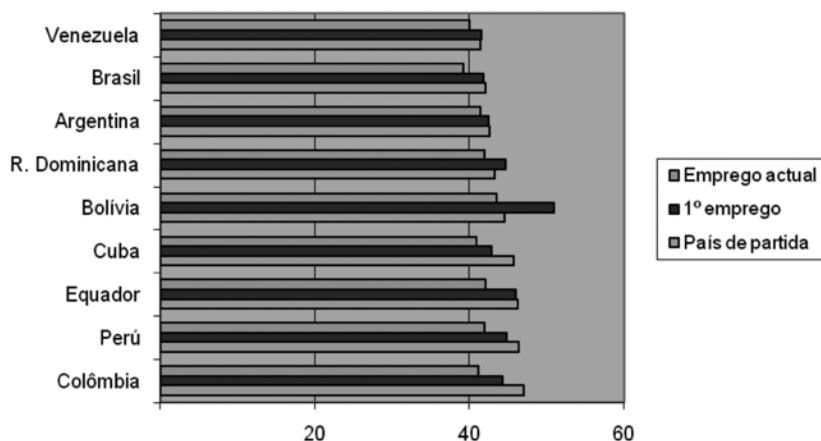
A distribuição dos empregos em Espanha entre os diferentes ramos de actividade mostra uma grande concentração: 34% dos homens empregou-se na construção e 32% das mulheres no serviço doméstico; além disto, ambos os sexos dedicaram-se à hotelaria (11% dos homens e 18% das mulheres), ao comércio (21% de cada sexo), os homens à indústria (15%) e as mulheres aos serviços imobiliários (13%).

Para analisar a mobilidade do estatuto, utilizamos uma escala de quatro posições.¹⁰ Descontando as pessoas que não mudaram de estatuto, a diferença entre aqueles que desceram e aqueles que subiram de categoria revela um predomínio da mobilidade descendente, superior no caso das mulheres, que foi pior nas colombianas, equatorianas, dominicanas e cubanas e menos acentuada nas venezuelanas, argentinas brasileiras.

Lamentavelmente não conhecemos os rendimentos no momento em que saíram do país de origem, o que nos impede comparar a evolução deste elemento fundamental. Tudo indica que o volume absoluto de rendimentos aumentou com a migração. Por tudo o resto, a mobilidade laboral transnacional teve um carácter negativo, que se exprime na queda do estatuto laboral e no aumento da temporalidade laboral, embora

com diferenças entre os grupos nacionais. O *processo de mobilidade laboral* não se limita a este primeiro movimento. Uma parte significativa dos migrantes (28%) só teve um emprego em Espanha mas os restantes trocaram pelo menos uma vez de trabalho, o que permite comparar a situação do primeiro emprego e do actual, analisando o processo de mobilidade laboral ao longo da emigração. De cada 100 trabalhadores que mudaram de emprego, 60 mudaram também de ramo de actividade: entre os homens destacam-se os trabalhos na construção perdendo importância o trabalho agrícola; entre as mulheres nota-se um abandono significativo do serviço doméstico para outros empregos na área dos serviços (especialmente comércio e serviços a empresas). Fazendo um balanço global, e comparando a jornada no país de origem e em Espanha, vemos que há uma melhoria para todos os grupos estudados, especialmente para os colombianos, peruanos, equatorianos e cubanos (ver Figura 5).

Figura 5 - Duração da jornada semanal de trabalho no país de origem, no primeiro em Espanha e no actual, de acordo com o país de nascimento



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base na análise dos dados da ENI 2007.

No que diz respeito à duração do vínculo laboral (relação temporária ou indefinida) a comparação entre o primeiro e o último emprego mostra uma considerável melhoria. Por um lado, mais de metade (53%) dos que mudaram de emprego mantiveram o mesmo tipo de vínculo; por outro lado, entre aqueles que o modificaram, é sensivelmente maior a percentagem que passou de assalariado temporário a fixo (32%) que aqueles que percorreram o caminho inverso (5%).

Na categoria laboral, o resultado global indica que em 53% não houve modificação do respectivo estatuto ocupacional entre o primeiro emprego em Espanha e o actual, enquanto que 17% viveu uma situação de mobilidade descendente e 30% um processo de melhoria ocupacional. Portanto, o balanço – prévio à crise do emprego em 2008 –

mostra um processo de transformação limitado¹¹ com tendência para a mobilidade ascendente (30%-17%). No seu conjunto, 45 % dos trabalhadores migrantes não mudou de estatuto, 11% conseguiu melhorá-lo e 44% piorou. Assim, numa análise global a mobilidade neta continua a ser negativa (11% - 44%), como se verifica no Quadro 4.

Quadro 4 - Mobilidade de categoria laboral entre o país de origem e o emprego actual, de acordo com o país de nascimento

País de nascimento	Igual	Ascendente (a)	Descendente (b)	(a) - (b)
AMÉRICA LATINA	45,1	11,0	43,9	-32,9
Equador	40,6	13,8	45,7	-31,9
Colômbia	45,8	9,7	44,5	-34,8
Argentina	58,0	11,4	30,6	-19,3
Bolívia	35,7	6,0	58,3	-52,3
Perú	44,3	8,3	47,4	-39,1
Venezuela	52,0	12,0	36,0	-23,9
Brasil	39,2	6,4	54,4	-48,0
Cuba	46,5	12,5	41,0	-28,5
R. Dominicana	42,2	14,4	43,4	-29,1
Uruguai	48,2	18,3	33,6	-15,3
Restantes países	50,7	7,1	42,2	-35,2

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base na análise dos dados da ENI 2007.

Em resumo, ainda que a mobilidade laboral em Espanha registe características positivas (redução da jornada, da temporalidade laboral e melhoria da categoria laboral) este processo não consegue compensar o agravamento das condições de trabalho tendo em conta as condições que tinham no país de origem. Frente a esta constatação, parece óbvio que uma das chaves económicas da migração seja o nível de salário, inclusive nos trabalhos de pior qualidade que os que desempenharam no país de origem. A remuneração média dos latino-americanos em 2006 (de acordo com a ENI 2007) era de 1.038 euros (1.242 para os homens e 837 para as mulheres). Os ordenados mais elevados correspondiam aos homens argentinos e cubanos (mais de 1.400 euros) e os mais baixos às mulheres bolivianas (menos de 800 euros). De acordo com o Inquérito da Estrutura salarial de 2006, estes valores eram inferiores aos dos trabalhadores espanhóis (1.677 euros) e àqueles que vinham da União Europeia (1.720 euros). No entanto, comparando com os vigentes nos países de origem, verifica-se uma superioridade inegável. Um dos efeitos desta diferença encontra-se bem patente no envio de dinheiro ao país de origem.

7. Vínculos com o país de origem: projecto migratório, viagens e envios

A chegada recente da maioria da imigração latino-americana coloca a seguinte questão: trata-se de populações que estão decididas a instalar-se em Espanha ou de migrações temporárias? A informação que dispomos mostra (ver Quadro 5) que a maioria (77%) decidiu permanecer em Espanha pelo menos durante os próximos 5 anos; 10% pretende regressar ao país de origem antes dos cinco anos (os bolivianos 23% e os equatorianos 14%); somente 1% pensa emigrar para outro país e o restante ainda não sabe o que irá fazer. Os mais decididos a regressar são os jovens com pouco tempo de residência em Espanha. Tal decisão pode modificar-se num ou noutro sentido: por um lado, à medida que o tempo vai passando, o processo de “enraizamento” pode diluir o projecto de regresso; por outro, as dificuldades económicas ou o cumprimento do projecto migratório podem acelerá-lo.

Quadro 5 - Projecto migratório e de reagrupamento familiar, de acordo com o país de nascimento

	Planos para os próximos 5 anos				Intenção de trazer outros familiares
	Permanecer	Regressar	Ir para outro país	Não sabe	
América Latina	76,7	10,3	1,3	11,7	32,5
Equador	70,5	14,1	1,1	14,3	47,0
Colômbia	83,8	6,8	1,3	8,0	44,6
Argentina	82,0	6,8	1,1	10,2	9,0
Bolívia	59,2	23,6	1,0	16,2	31,4
Perú	79,0	6,3	1,5	13,2	43,6
Venezuela	89,4	2,4	1,6	6,7	11,7
Brasil	79,0	10,3	1,1	9,7	17,6
Cuba	90,8	2,2	,6	6,3	33,4
R. Dominicana	73,6	9,0	2,6	14,8	51,9
Restantes países	66,9	16,9	1,2	15,0	23,1

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base na análise dos dados da ENI 2007.

O contacto com pessoas do país de origem é muito habitual entre os migrantes latino-americanos residentes em Espanha: mais de 96% comunica telefonicamente; 47% (quase metade) utiliza a internet (desde os 68% dos argentinos até aos 24% dos equatorianos) e muito poucos (11%) utilizam o correio postal. Outra forma de manter o contacto é através das viagens ao país de origem; no entanto a maioria dos bolivianos (78%) nunca viajou bem como grande parte dos oriundos do Equador, do Perú e da

Argentina (cerca de 40%) e da Colômbia (38%). A média de viagens por cada adulto é de 1,4; os latino-americanos viajam menos aos seus países de origem do que os outros imigrantes (o total de estrangeiros viajou 3,8 vezes, especialmente europeus e marroquinos); os motivos têm que ver com a distância e o custo da viagem mas também com a situação de irregularidade em que se encontram, facto que impede sair de Espanha e voltar. No entanto, quando viajam ficam lá mais tempo (a média é de 41 dias, sendo a média dos imigrantes de 33 dias).

Cerca de metade dos imigrantes adultos envia dinheiro para o seu país de origem. Esta situação é muito mais comum entre os equatorianos, colombianos e bolivianos (cerca de 65%) os peruanos (58%) que entre os argentinos (21%). Existem também diferenças quanto à frequência dos envios: somente 39% dos argentinos que enviam, fazem-no mensalmente enquanto que nas outras nacionalidades a percentagem supera os 65%. No que diz respeito ao valor médio da quantia enviada durante o ano de 2006, a média dos latino-americanos foi de 2.096 euros (2.310 os homens e 1.919 as mulheres).

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Espanha, o volume total de envio de dinheiro de Espanha para a América latina cresceu continuamente até ao segundo semestre de 2008, para assistir-se a uma diminuição no primeiro semestre de 2009, descida esta que ainda continua. As remessas totais passaram de 3 milhões de euros em 2004 para 5,5 milhões em 2007 para voltarem a descer no ano seguinte; neste intervalo de tempo foi alterada a metodologia de cálculo dos envios, pelo que os valores não podem ser comparáveis com as dos anos anteriores.

Quadro 6 - Destino das remessas de Espanha em 2007 e 2008 (em milhares de euros)

País	2007	2008	Diferença	envios/imigr.
Colômbia	1.545.300	1.411.200	-134.100	4.271
Equador	1.238.500	1.050.600	-187.900	2.292
Bolívia	793.700	721.300	-72.400	2.994
Brasil	405.300	384.200	-21.100	2.703
Paraguai	270.200	305.800	35.600	4.439
R. Dominicana	346.200	290.100	-56.100	2.529
Perú	185.800	203.800	18.000	1.255

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos dados do Banco de Espanha www.remesas.org e no recenseamento de habitantes.

8. Um balanço com muitas interrogações

A imigração procedente dos países da América Latina tornou-se num fenómeno destacado em Espanha, coincidindo com um período de auge económico, que terminou em meados de 2008 e de crescimento sem precedentes da imigração estrangeira. A partir do ano 2000 estabeleceram-se um pouco mais de dois milhões de novos residentes, que se somaram aos 400.000 que já se encontravam no país. A par do aumento de fluxos, produziram-se variações na composição dos mesmos, em função das conjunturas dos países de origem, das políticas migratórias espanholas e pelo facto de se terem fechado outros possíveis destinos migratórios.

Os latino-americanos têm em comum o facto de virem do mesmo sub-continente, o conhecimento da língua oficial espanhola (excepto no caso dos brasileiros), beneficiarem de algumas vantagens legislativas por comparação com os restantes imigrantes não comunitários, e ainda pelo facto de serem vistos, por parte dos espanhóis, como um grupo diferenciado e melhor valorizado, do que o resto dos estrangeiros não europeus. A partir destes elementos comuns pudemos identificar a existência de fluxos diferenciados no tempo, de perfis demográficos, de estratégias e itinerários migratórios diferenciados. Nalguns casos, tendo em conta o tempo recente de alguns processos migratórios, torna-se difícil concluir se tais diferenças têm que ver com tendências estáveis ou se são resultado de “fases de “enraizamento” provisórias.

Até à data, concluído o longo ciclo expansivo da economia espanhola, constata-se no entanto que a mobilidade laboral da maioria dos imigrantes produziu uma deterioração das suas condições de trabalho comparando com as do seu país de origem, originando processos de mobilidade sócio-laboral descendentes. O aumento de nível de rendimento, comparando com o do país de origem, é um elemento explicativo da mobilidade transnacional, mas a sua importância é relativa: é maior quanto mais dirigido estiver o projecto migratório para a satisfação das necessidades naquele país, mas torna-se mais problemático quando se trata da vida familiar e dos projectos de futuro na sociedade espanhola. Não há dúvida que também aparece como um factor importante de atracção o facto de poder usufruir de serviços de saúde, sociais ou educativos e ainda de determinadas opções de consumo. A crise internacional que se começa a sentir a partir de 2008 coloca diversas incertezas quanto ao futuro da migração de origem latino-americana em Espanha. Será suficiente para os filhos, muitos deles nascidos ou sociabilizados no seio da imigração, o nível sócio-laboral alcançado pelos pais? Qual será o futuro destas novas gerações tendo em conta os dados estatísticos que revelam elevados índices de fracasso e de abandono escolar, que se traduzem nos baixos índices de estudos universitários? Como serão afectadas pela falta de emprego as famílias já estabelecidas, já que muitas delas têm uma casa cujas prestações não podem pagar? A crise conduzirá à detenção dos fluxos, ao regresso, ao aumento de fenómenos de pobreza e de maior precariedade? Aumentarão as diferenças entre faixas “enraizadas” e “temporárias” da imigração? Estas e outras questões relevantes permanecem em aberto. Não podem ser resolvidas à margem das políticas sociais que se adoptem em Espanha nem do destino de todos os trabalhadores em geral.

Notas

- ¹ Para uma análise pormenorizada das mudanças, ver Colectivo Ioé, 1999
- ² Contribuíram as dificuldades para entrar nos Estados Unidos e a crise económica argentina que levou bolivianos e paraguaios a instalados a deslocarem-se para Espanha.
- ³ De acordo com um acto adicional à Lei de Memória Histórica de 2008, é permitida aos filhos e netos de espanhóis que perderam a nacionalidade devido ao exílio.
- ⁴ A partir da livre circulação dentro da UE, é facilitada a residência aos latino-americanos por nascimento que possuem passaporte de um país comunitário (italianos da Argentina e Uruguai, portugueses do Brasil e da Venezuela, etc.).
- ⁵ Existem diferenças significativas por país de nacionalidade: mais de 15% dos alunos peruanos e cubanos estavam matriculados neste nível, face a menos de 6% para os bolivianos e paraguaios e 7% para os dominicanos e brasileiros.
- ⁶ Progenitores, filhos/as e irmãos/irmãs.
- ⁷ As estatísticas têm em conta a nacionalidade dos pais, no país de nascimento. Como tal, desconhecemos as cifras de nascidos de imigrantes que possuem a nacionalidade espanhola.
- ⁸ Os dados apresentados decorrem de uma análise do micro dados da ENI 2007
- ⁹ Na maior parte dos casos o aumento das horas de trabalho deveu-se à situação das mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas internas.
- ¹⁰ Empregos de “colarinho branco” (não manuais) de qualificação alta; de “colarinho branco” de qualificação baixa; de “colarinho azul” (manuais) qualificado e de “colarinho azul” não qualificados. Considera-se mobilidade ascendente, a passagem dos primeiros até aos últimos e mobilidade descendente o processo inverso.
- ¹¹ Convém lembrar que, além daqueles que não mudaram de emprego sem alterar a sua categoria laboral (à volta de 1 milhão de ocupados), existe um milhão de trabalhadores imigrantes que nunca mudou de emprego.

Referências bibliográficas

- Actis, W. e Esteban, F. (2008), “Argentinos en España: inmigrantes a pesar de todo”, *Migraciones*, n.º 23, Madrid: IUEM, pp. 79-115.
- Actis, W. (2009), “La migración colombiana en España: ¿salvados o entrampados?”, *Revista de Indias*, n.º 245, Madrid: CSIC, pp. 145-170.
- CEPAL (2006), *Migración internacional, derechos humanos y desarrollo*, Santiago de Chile: CEPAL.
- Colectivo Ioé (1999), *Trabajadores, inmigrantes ciudadanos. Una visión de las migraciones desde España*, Valencia: Universitat de València (disponível em: www.colectivoioe.org)
- Domingo, A. y Martínez, R. (2005), “La población latinoamericana censada en España en 2001: un retrato sociodemográfico”, comunicação apresentada no *XI Encuentro de Latinoamericanistas Españoles*, Valladolid (disponível em www.ced.uab.es/publicaciones/PapersPDF/Text275.pdf)
- Gil, S. (2004), “Inmigración latinoamericana en España. Estado de la cuestión”, Documentode Trabajo (disponível em http://www.gloobal.info/iepala/gloobal/fichas/ficha.php?entidad=Textos&id=869&opcion=documento#ficha_gloobal)
- INE (2007), *Encuesta Anual de Estructura Salarial* (disponível em: <http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=%2Ft22/p133&file=inebase&L=0> .
- lzquierdo, A. et al. (2002), “Los preferidos del siglo XXI: la inmigración latinoamericana en España”, in Castaño, F.J.G. y López, C. M., *La inmigración en España: contextos y alternativas*, Actas del III Congreso sobre la inmigración en España (ponencias), vol. II. Granada: Laboratorio de Estudios Interculturales, Universidad de Granada.

- Martínez Buján, R. M. (2003), "La reciente inmigración latinoamericana a España", *Serie Población y Desarrollo*, n.º40, Santiago de Chile: CEPAL.
- OCDE (2007), *OECD Factbook 2007: Economic, Environmental and Social Statistics*, OECD.
- Pellegrino, A. (2004), "Migration from Latin America to Europe: Trends and Policy Challenges", *IOM Migration Research Serie n.º16*, Geneve: IOM
- Vicente, T. (2006), "La inmigración latinoamericana en España", *Expert Group Meeting on International Migration and development in Latin American and the Caribbean*, Mexico DF, Population Division, United Nation Secretariat, 30/11 a 2/12/2005, (disponível em http://www.un.org/population/meetings/IttMigLAC/P13_Vicente.pdf)